

**REGULAMENTO DO RECONHECIMENTO DE ESPECIALISTA DE RECONHECIDA  
EXPERIÊNCIA E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL PELO CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO  
DA ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL**

**Preâmbulo**

O presente Regulamento estabelece os critérios e procedimentos a seguir para a verificação da satisfação do requisito para o Reconhecimento de Especialistas de reconhecida experiência e competência profissional a que se refere o artigo 49.º da Lei 62/2007 de 10 de setembro, nos termos previstos do Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de março, com as alterações previstas nos termos do Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de agosto, e do Decreto-Lei 3/2015, de 6 de janeiro, numa área de especialidade, atestada pelo Conselho Técnico-Científico da ESHTe, e rege-se pelas cláusulas seguintes:

**Artigo 1.º**

**Objeto**

1. O presente Regulamento visa definir o procedimento de reconhecimento de *“especialista de reconhecida experiência e competência profissional”* pelo Conselho Técnico-Científico da ESHTe, nos termos da alínea g) do nº 3 do Decreto – Lei nº 115/2013, de 7 de agosto e Decreto-Lei 3/2015, de 6 de janeiro.

**Artigo 2.º**

**Âmbito de aplicação**

1. O reconhecimento como *“Especialista de reconhecida experiência e competência profissional”* comprova a qualidade e a especial relevância do currículo profissional nas áreas de Turismo e Lazer, Hotelaria e Restauração, ministradas pela ESHTe.

**Artigo 3.º**

**Condições de admissão ao reconhecimento da experiência e competência profissional pelo CTC da ESHTe**

1. Podem ser reconhecidos como Especialistas numa das áreas referidas no número anterior, os docentes que satisfaçam os critérios fixados pela subalínea ii) da alínea g) do artigo 3.º do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis 107/2008, de 25 de junho, 230/2009, de 14 de setembro e 115/2013, de 7 de agosto, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, a saber:

- a) ser detentor de um grau académico;
- b) possuir, no mínimo, 10 anos de experiência profissional, com exercício efetivo durante, pelo menos, cinco anos nos últimos 10;

c) ser detentor de um currículo profissional de qualidade e relevância comprovadas, devidamente confirmado e aceite pelo órgão científico ou técnico-científico do estabelecimento de ensino superior.

#### Artigo 4.º

##### **Instrução do Processo**

1. O reconhecimento é proposto pelo Coordenador de Área Científica, que salvaguardará o cumprimento integral da instrução do processo nos termos definidos no presente regulamento, de acordo com o modelo em anexo (**Anexo I**).

2. Cada uma das propostas a docente especialista deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:

- a) *Curriculum Vitae* detalhado e atualizado, indicando o percurso profissional, bem como as atividades científicas, tecnológicas e pedagógicas desenvolvidas;
- b) documento comprovativo, autenticado, da obtenção da formação inicial superior para a área que se candidata, reconhecida ou registada no quadro legal português;
- c) documentos que comprovem que o candidato possui, no mínimo, dez anos de experiência profissional com exercício efetivo, durante, pelo menos, cinco anos nos últimos dez anos, no âmbito da área em que se propõe o reconhecimento, bem como outros documentos relevantes para o efeito;
- d) parecer subscrito pelo Coordenador de Área Científica.

3. Para efeitos de verificação do requisito a que se refere a alínea c) do nº2, consideram-se como comprovativo adequados:

- a) declaração de tempo de serviço, no caso de exercício de atividade profissional em entidades públicas;
- b) outros documentos que permitam comprovar e contabilizar o exercício efetivo da atividade profissional.

4. Quando a atividade profissional não tenha sido exercida em regime de tempo integral, haverá lugar à transformação dos anos de experiência para o equivalente em tempo integral.

#### Artigo 5.º

##### **Admissão**

1. A proposta de reconhecimento é verificada pelo Presidente do Conselho Técnico-Científico nos termos do artigo anterior, e aceite para apreciação em Conselho Técnico-Científico.

2. O requerimento será indeferido liminarmente por despacho do Presidente do Conselho Técnico-Científico, sempre que o pedido não cumpra os requisitos procedimentais exigidos.

3. A decisão a que se refere o número anterior está condicionada à audiência prévia dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

#### Artigo 6.º

##### **Avaliação e Decisão**

1. Cabe ao plenário do Conselho Técnico-Científico apreciar e deliberar, através de votação secreta, sobre a proposta de reconhecimento de “Especialistas de reconhecida experiência e competência profissional” fundamentadamente. A forma de votação.
2. O resultado dessa mesma votação, por maioria, pode assumir uma das seguintes formas:
  - i) aceite como especialista de reconhecida experiência e competência profissional;
  - ii) não aceite como especialista de reconhecida experiência e competência profissional.
3. A decisão ficará registada em ata e comunicada ao Coordenador da Área Científica proponente.

#### Artigo 7.º

##### **Comunicação da Decisão ao Candidato**

1. A notificação ao candidato da atribuição do reconhecimento de “Especialista de reconhecida experiência e competência profissional” pelo Conselho Técnico-Científico será efetuada pelo Presidente da ESHTe, à qual se anexa o extrato da ata do Conselho Técnico-Científico.
2. O reconhecimento referido no número anterior é válido por 4 anos contados a partir da data de deliberação do órgão que aprovou este reconhecimento.
3. Expirado o prazo previsto na alínea anterior, deverá ser proposta a renovação do reconhecimento seguindo-se os procedimentos previstos para a sua emissão inicial.

#### Artigo 8.º

##### **Dúvidas e casos omissos**

Todas as dúvidas e casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pelo Presidente da ESHTe.

#### Artigo 9.º

##### **Entrada em Vigor**

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato à sua aprovação, sendo, também, objeto de publicação no *Diário da República*.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DO CTC**

VERIFICADO

☐

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE ESPECIALISTA DE RECONHECIDA  
EXPERIÊNCIA E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL (ANEXO I)**

Nome: \_\_\_\_\_

Categoria: \_\_\_\_\_

Área de especialização: \_\_\_\_\_

**DOCUMENTOS A ANEXAR:**

- *Curriculum vitae* detalhado e atualizado;
- documento comprovativo, autenticado, da obtenção da formação inicial superior;
- documentos que comprovem, no mínimo, dez anos de experiência profissional com exercício efetivo, durante, pelo menos, cinco anos nos últimos dez anos, no âmbito da área em que propõe o reconhecimento;
- parecer subscrito pelo Coordenador da Área Científica.

**O/A Coordenador/a da Área Científica**

\_\_\_\_\_  
(Nome Legível)